

REVISÃO CONCURSEIRO - UFRR

DISCIPLINA: AFO

17.07.19 - PROF. CADUCA

1. De acordo com o disposto na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve contemplar:

I. as metas e prioridades da Administração para o exercício subsequente.

II. a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

III. demonstrativo dos efeitos de anistias, isenções e outros atos de renúncia fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I.

(C) III.

(D) I e III.

(E) II e III

2. Considere que o projeto de lei orçamentária anual apresentado pela União tenha contemplado dotações para investimento em projeto cuja duração supere um exercício financeiro. De acordo com as disposições constitucionais e legais que disciplinam a matéria, tal circunstância

(A) é expressamente vedada, em face do princípio da anualidade.

(B) é possível, se houver previsão no Plano Plurianual.

(C) é viável, mas apenas para as áreas da saúde e educação.

(D) é vedada, salvo autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(E) somente é possível no último ano do mandato presidencial.

3. Em 05/01/2017, um ente público promulgou e publicou dispositivo legal que compreendia, entre outros conteúdos, o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que detinha a maioria do capital social com direito a voto. Estes orçamentos foram apresentados com as funções de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988. O dispositivo legal promulgado e publicado corresponde

(A) ao Plano Plurianual.

(B) ao Relatório de Gestão Fiscal.

(C) ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

(D) à Lei Orçamentária Anual.

(E) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4. A elaboração da proposta orçamentária pelo Executivo, a ser submetida ao Poder Legislativo, submete-se a regras e princípios, estabelecidos em nível constitucional e infraconstitucional. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, nesse contexto,

a) possui relevância destacada, pois estabelece as metas e objetivos da Administração, por meio de diretrizes, para os próximos exercícios, contemplando, portanto, programas de longo prazo.

b) deve observar equilíbrio entre as receitas e despesas, para garantir o adequado estabelecimento das metas e prioridades da Administração pública para o exercício financeiro subsequente e bem orientar a elaboração da lei orçamentária anual.

c) deve conter as previsões de abertura de crédito suplementar e contratação de operações de crédito dispositivos que não podem constar da lei orçamentária anual.

d) é independente do plano plurianual, porque esta peça orçamentária constitui um programa de longo prazo, referente a projetos cujas despesas ou investimentos ainda não foram iniciados.

e) contém a lei orçamentária anual e está contida no plano plurianual, de forma que eventual questionamento ou irregularidade em qualquer desses atos normativos suspende a execução orçamentária até que o problema seja sanado, com a apresentação de nova peça ao Legislativo.

5. De acordo com o princípio orçamentário da universalidade, a Lei Orçamentária Anual deve conter todas as receitas e despesas do Estado, não alcançando, contudo, as

(A) receitas provenientes de operações de crédito.

(B) despesas e receitas operacionais das empresas estatais.

(C) despesas dos poderes judiciário e legislativo.

(D) despesas correntes.

(E) despesas decorrentes de projetos inseridos no Plano Plurianual.

6. A Assembleia Legislativa do Estado Aldeia de Ouro aprovou o aumento de salário dos seus funcionários na Lei Orçamentária Anual de 2012. Foi desrespeitado o princípio orçamentário:

a) da exclusividade.

b) da universalidade.

c) da unidade.

d) do equilíbrio.

e) da igualdade.

7. Em relação ao Orçamento Público, considere:

I. A Lei Orçamentária Anual fixará despesas a serem realizadas em um período de um ano, inclusive aquelas a serem executadas pelas empresas de economia mista.

II. A receita relativa ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) deve constar no orçamento dos governos estaduais pela diferença entre seu valor bruto e o valor da parte que deve ser transferida para os governos municipais.

III. As despesas com Educação e Saúde devem compor o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social, respectivamente.

IV. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dispositivo para a autorização de contratação de operações de crédito, em caso de insuficiência momentânea de caixa durante o exercício financeiro. Está correto o que consta APENAS em:

a) I e III. b) I e IV. c) II e III. d) II e IV. e) III e IV

8. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar que o princípio:

a) da exclusividade representou o fim às chamadas caudas orçamentárias que serviam para nomeações, promoções e abertura de créditos adicionais suplementares.

b) da unidade determina que receitas e despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada, no mínimo, por elementos de despesa.

c) do orçamento bruto determina que deve existir somente uma Lei Orçamentária Anual, sendo proibida a existência de orçamentos paralelos.

d) da não-afetação das receitas veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

e) da universalidade determina que a lei orçamentária deve ser divulgada por mecanismos oficiais de comunicação e de divulgação para garantir amplo conhecimento público.

9. A inclusão de dispositivos que autorizam a criação de cargos públicos na Lei Orçamentária Anual é vedada porque fere o princípio orçamentário

a) da universalidade.

b) do orçamento bruto.

c) da publicidade.

d) da exclusividade.

e) da unidade.

10. De acordo com a Constituição federal e a Lei nº 4.320/64, a elaboração e o controle do orçamento público no Brasil devem obedecer aos princípios fundamentais de

a) unidade, periodicidade e universalidade.

b) unidade, universalidade e exclusividade.

c) equilíbrio, exclusividade e discriminação.

d) universalidade, exclusividade e discriminação.

e) periodicidade, equilíbrio e afetação das receitas.

11. Em relação à elaboração e aprovação da proposta orçamentária, analise:

I. O projeto da lei das diretrizes orçamentárias, que é o elo entre o Plano Plurianual e a proposta de lei orçamentária, será encaminhado ao Poder Legislativo até dois meses antes do encerramento do exercício financeiro.

II. Ao Ministério Público é assegurada autonomia administrativa e financeira em matéria orçamentária.

III. A consolidação das propostas das unidades orçamentárias, que constituirá o embrião do projeto de lei orçamentária, será efetuada pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas respectivo.

IV. O Poder Legislativo pode apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária que somente podem ser aprovadas desde que compatíveis com o Plano Plurianual e indiquem os recursos necessários para o seu financiamento.

É correto o que consta APENAS em

A. I e II. **B.** I e III. **C.** I e IV. **D.** II e IV. **E.** I, II e III.

12. A execução orçamentária de um projeto, no âmbito da administração pública, requer que o projeto

A. Esteja definido no planejamento plurianual.

B. Possa ser concluído dentro do ciclo orçamentário.

C. Seja acompanhado por um órgão da controladoria.

D. Tenha saldo de dotação disponível.

E. Tenha sido previsto na proposta orçamentária inicial.

13. Entendendo o ciclo orçamentário como a sequência das etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário, com relação ao projeto de lei orçamentária, nos termos da Constituição Federal, no âmbito da União, é correto afirmar que

A. será elaborado pelo Poder Legislativo e apreciado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e remetido ao Executivo para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

B. será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

C. será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para

sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

D. estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

E. os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, para atender somente as despesas imprevisíveis e urgentes.